

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 03.475.839/0001-74  
Belo Horizonte - MG

# Rosal Energia S.A. | CEMIG

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia adotou nova norma com base no método retrospectivo modificado, a partir de 1º de janeiro de 2019, sem impactos financeiros relevantes em suas Demonstrações Financeiras.

### ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir dessa data e analisou os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

### 2.6. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

#### a) Consumidores, Concessionárias e Permissonárias

As contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissonárias são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

#### b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### c) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis.

#### d) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2019 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

#### e) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

#### f) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro. As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

#### g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira e acréscimos moratórios sobre venda de energia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas bancárias.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Banco conta movimento	68	63
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	73	81
Operações compromissadas	500	1.950
	<b>641</b>	<b>2.094</b>

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 88,50% e 98% em 2019 (entre 75% e 99,25% em 2018) conforme operação.

As operações compromissadas consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 4,39% em 2019 (6,39% em 2018).

### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Letras Financeiras Bancos - LFs	8.860	3.714
Debêntures	43	319
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.293	2.169
	<b>10.196</b>	<b>6.202</b>
<b>Não Circulante</b>		
Letras Financeiras Bancos - LFs	–	824
Debêntures	25	–
	<b>25</b>	<b>824</b>
	<b>10.221</b>	<b>7.026</b>

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As Letras Financeiras que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 101,95% e 113% do CDI em 2019 (entre 102,0% e 111,25% em 2018).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,25% e 113% do CDI em 2019 (entre 104,25% e 151% em 2018).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

### 5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos		Total	
	Não Faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	Mais de 361 dias	2019	2018
Fornecimento Industrial	–	5.010	4.289	2.615	11.914	10.851
Suprimento a Outras Concessionárias	3.328	–	458	460	4.246	4.232
Energia Elétrica de Curto Prazo	236	–	–	–	236	393
<b>Total</b>	<b>3.564</b>	<b>5.010</b>	<b>4.747</b>	<b>3.075</b>	<b>16.396</b>	<b>15.476</b>

A Companhia não constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa pelo fato da Administração entender não haver risco de perdas na realização destas contas a receber.

Do total do saldo vencido de R\$12.832, o montante de R\$11.219 é objeto de Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida (TARD).

### 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Do total de Depósitos Judiciais R\$567 em 2019 (R\$386 em 2018), R\$434 (R\$386 em 2018) são referentes a ações trabalhistas movidas por empregados da Companhia e R\$133 são referentes a ações tributárias.

### 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
ICMS	1.505	1.741
PIS-PASEP	127	23
COFINS	166	100
Outros	4	4
	<b>1.802</b>	<b>1.868</b>
<b>Não Circulante</b>		
PAES (1)	430	430
	<b>430</b>	<b>430</b>

(1) Em novembro de 2009, a Companhia efetuou refinanciamento através do REFIS IV Lei 11.941/2009, de parcelamento especial de tributos federais, originalmente realizado através da Lei 10.684/2003. O saldo remanescente do parcelamento originalmente realizado em 180 meses foi refinanciado em 69 meses, e os tributos federais integralmente quitados pela Companhia. Em setembro de 2015, a Companhia obteve parecer de seus assessores jurídicos que apresentava embasamento de que a Companhia deveria ter pago apenas 47 parcelas, das 69 parcelas do refinanciamento. Desta forma, a Companhia registrou em seu ativo não circulante o montante correspondente e a Administração está analisando de que forma o montante será compensado.

### 8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de deprec. (%)	2019			2018		
		Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>	<b>2,44</b>	<b>174.423</b>	<b>(77.857)</b>	<b>96.566</b>	<b>170.846</b>	<b>(73.766)</b>	<b>97.080</b>
Terrenos, Obras Civis, Benefetórias e Edificações	2,33	35.638	(14.615)	21.023	35.638	(13.866)	21.772
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,08	85.925	(36.108)	49.817	85.925	(34.318)	51.607
Máquinas e Equipamentos	3,13	52.720	(27.007)	25.713	49.143	(25.456)	23.687
Veículos	–	89	(89)	–	89	(89)	–
Móveis Utensílios	6,25	51	(38)	13	51	(37)	14
<b>Em Curso</b>		<b>6.024</b>	–	<b>6.024</b>	<b>6.899</b>	–	<b>6.899</b>
<b>Total</b>		<b>180.447</b>	<b>(77.857)</b>	<b>102.590</b>	<b>177.745</b>	<b>(73.766)</b>	<b>103.979</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2019
<b>Em Serviço</b>	<b>170.846</b>	–	<b>3.577</b>	<b>174.423</b>	<b>3.577</b>	<b>(77.857)</b>	<b>96.566</b>
Terrenos, O. Civis, Benefetórias e Edificações	35.638	–	–	35.638	–	(14.615)	21.023
Reservatórios, Barragens e Adutoras	85.925	–	–	85.925	–	(36.108)	49.817
Máquinas e Equipamentos	49.143	–	3.577	52.720	3.577	(27.007)	25.713
Veículos	89	–	–	89	–	(89)	–
Móveis Utensílios	51	–	–	51	–	(38)	13
<b>Em Curso</b>	<b>6.899</b>	<b>2.702</b>	<b>(3.577)</b>	<b>6.024</b>	<b>(875)</b>	–	<b>6.024</b>
<b>Total</b>	<b>177.745</b>	<b>2.702</b>	–	<b>180.447</b>	<b>2.702</b>	<b>(77.857)</b>	<b>102.590</b>

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

O contrato de concessão prevê que ao final do prazo da concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação em 2019 é de 2,44% (2,48% em 2018).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

### 9. INTANGÍVEL

	2019	2018
<b>Intangível</b>		
Em serviço	299	299
Custo histórico - Servidão	299	299

O ativo intangível refere-se ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão e, portanto, não é amortizado.

A Companhia avaliou o ativo intangível em 31 de dezembro de 2019 e não identificou indícios de perda do valor recuperável.

### 10. FORNECEDORES

	2019	2018
Operação e Manutenção de Usina	2.274	1.771
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	34	29
Energia de curto prazo - CCEE	–	619
Outros	–	1
<b>Total</b>	<b>2.308</b>	<b>2.420</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.308</b>	<b>2.419</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>–</b>	<b>1</b>



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202005222310330134.